



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE DESPORTO PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

Contribuinte n.º 502 513 934

Sede Social: Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 – R/C Dto.

2620 – 061 Olival de Basto

Estatuto de Utilidade Pública concedido no D.R. II série nº 70 de 9/4/2012, despacho 4859/2012

Estatuto de Utilidade Pública Desportiva concedido no DR II série nº 244/95, renovado pelo DR II série nº 78/2013, despacho nº 5319/2013

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Balanços em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	1
Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	2
Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	3
Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	5
Anexo às demonstrações financeiras	6
1. Nota introdutória	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	6
4. Fluxos de caixa	12
5. Ativos Intangíveis.....	12
6. Outros Ativos fixos tangíveis.....	12
7. Locações	14
8. Rédito	14
9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	14
10. Subsídios do Governo e apoios concedidos	14
11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
12. Instrumentos financeiros.....	16
13. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal	16
14. Outras Informações	17
15. Adiantamentos a fornecedores e Outros ativos correntes	17
16. Estado e outros entes públicos	18
17. Outros passivos correntes	18
18. Diferimentos.....	18
19. Fornecimentos e serviços externos	19
20. Depreciações de ativos.....	19
21. Outros rendimentos	19
22. Outros gastos	20

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Balancos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

ATIVO	Notas	Exercício findo a 31/12/2016	Exercício findo a 31/12/2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12.065,62	10.379,61
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	12	459,39	330,67
		<u>12.525,01</u>	<u>10.710,28</u>
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	16	80,80	280,09
Outros activos correntes	12,15	57.427,40	60.353,72
Diferimentos	18	4.286,50	4.846,87
Outros activos financeiros	4,12	85.000,00	85.000,00
Caixa e depósitos bancários	4,12	108.445,99	96.777,68
		<u>255.240,69</u>	<u>247.258,36</u>
Total do activo		<u>267.765,70</u>	<u>257.968,64</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Notas	Exercício findo a 31/12/2016	Exercício findo a 31/12/2015
Fundos Patrimoniais			
Fundos		539.326,70	539.326,70
Resultados transitados		(395.960,36)	(385.603,52)
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		6.169,95	6.169,95
		<u>149.536,29</u>	<u>159.893,13</u>
Resultado líquido do período		2.055,18	(10.356,84)
Total dos fundos patrimoniais		<u>151.591,47</u>	<u>149.536,29</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	12.852,61	17.556,76
		<u>12.852,61</u>	<u>17.556,76</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	12	2.401,38	5.099,87
Estado e outros entes públicos	16	11.409,58	4.292,07
Diferimentos	18	-	1.086,11
Outros passivos correntes	12,17	89.510,66	80.397,54
		<u>103.321,62</u>	<u>90.875,59</u>
Total do passivo		<u>116.174,23</u>	<u>108.432,35</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>267.765,70</u>	<u>257.968,64</u>

O Contabilista Certificado

A Direção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos resultados por naturezas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício findo a 31/12/2016	Exercício findo a 31/12/2015
Vendas e serviços prestados	8	191.109,45	20.649,30
Subsídios, doações e legados à exploração	10	595.211,74	667.384,56
Fornecimentos e serviços externos	19	(225.290,99)	(98.609,07)
Gastos com o pessoal	13	(129.039,01)	(123.055,70)
Provisões (aumentos / reduções)	9	4.704,15	-
Outros rendimentos	11,21	43.744,74	26.534,26
Outros gastos	11,22	(474.040,64)	(500.618,55)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.399,44	(7.715,20)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,20	(4.424,75)	(3.526,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.974,69	(11.241,25)
Juros e rendimentos similares obtidos	21	323,18	1.120,35
Resultado antes de impostos		2.297,87	(10.120,90)
Imposto sobre o rendimento do período		(242,69)	(235,94)
Resultado líquido do período		2.055,18	(10.356,84)

O Contabilista Certificado

A Direção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos resultados por funções nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2016	Exercício findo a 31/12/2015
Vendas e serviços prestados	8	191.109,45	20.649,30
Resultado bruto		<u>191.109,45</u>	<u>20.649,30</u>
Outros rendimentos	11,12,22	639.279,66	695.039,17
Gastos administrativos	12,14,20,23	(306.329,92)	(214.252,91)
Outros gastos	12,20,21,23	(521.761,32)	(511.556,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>2.297,87</u>	<u>(10.120,90)</u>
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
Resultados antes de impostos		<u>2.297,87</u>	<u>(10.120,90)</u>
Imposto sobre o rendimento do período		(242,69)	(235,94)
Resultado líquido do período		<u>2.055,18</u>	<u>(10.356,84)</u>

O Contabilista Certificado

A Direção

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

RUBRICAS	Notas	Exercício findo a 31/12/2016	Exercício findo a 31/12/2015
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		497.249,89	528.815,87
Pagamento de apoios		(130.969,69)	(343.233,69)
Pagamento a fornecedores		(183.278,93)	(73.931,43)
Pagamentos ao pessoal		(123.502,65)	(118.136,12)
Caixa gerada pelas operações		<u>59.498,62</u>	<u>(6.485,37)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(199,29)	(55,14)
Outros recebimentos/pagamentos		(37.533,30)	(17.851,13)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>21.766,03</u>	<u>(24.391,64)</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(10.420,90)	(6.411,99)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		323,18	1.120,35
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(10.097,72)</u>	<u>(5.291,64)</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.668,31	(29.683,28)
Efeito das diferenças de câmbio			(555,31)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	181.777,68	212.016,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	193.445,99	181.777,68

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da Federação					
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período de 2016	539.326,70	(385.603,52)	6.169,95	(10.356,84)	149.536,29	149.536,29
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(10.356,84)	-	10.356,84	-	-
	-	(10.356,84)	-	10.356,84	-	-
Resultado líquido do período				2.055,18	2.055,18	2.055,18
Resultado integral	-	(10.356,84)	-	12.412,02	2.055,18	2.055,18
Operações com instituidores no período						
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2016	539.326,70	(395.960,36)	6.169,95	2.055,18	151.591,47	151.591,47

Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da Federação					
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período de 2015	518.865,23	(385.603,52)	6.169,95	20.461,47	159.893,13	159.893,13
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	20.461,47		-	(20.461,47)	-	-
	20.461,47	-	-	(20.461,47)	-	-
Resultado líquido do período				(10.356,84)	(10.356,84)	(10.356,84)
Resultado integral	20.461,47	-	-	(30.818,31)	(10.356,84)	(10.356,84)
Operações com instituidores no período						
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2015	539.326,70	(385.603,52)	6.169,95	(10.356,84)	149.536,29	149.536,29

O Contabilista Certificado

A Direção

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, tem por objeto promover o desporto em todas as áreas de deficiência, tem a sua sede na Rua Presidente Samora Machel, Lote 7, Lj., Dto – 2620 – 061 Olival Basto, com o n.º de identificação de pessoa coletiva 502 513 934. A F.P.D.D. é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de federação com os estatutos publicados no Diário da República n.º 88/90 III série. Foi-lhe concedido o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva no Diário da República n.º 244/95 II série e foi renovado o Estatuto de Utilidade Pública Desportiva no Diário da República n.º 78/2013 II série através do despacho n.º 5319/2013.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção para apresentação à Assembleia Geral de 20 de Março de 2017.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Credores por acréscimos” (Nota 18) e “Diferimentos” (Nota 19).

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se é somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam gerar atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam gerar atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil; ou
- Houver um mercado ativo para este ativo; e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores/ doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluiu as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23 % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	122,07	266,10
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38.323,92	51.511,58
Depósitos bancários prazo	70.000,00	45.000,00
Outras aplicações de tesouraria	85.000,00	85.000,00
	<u>193.445,99</u>	<u>181.777,68</u>

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de ativos intangíveis apresenta a seguinte composição:

Activos fixos intangíveis	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor bruto	59.401,60	59.401,60
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada	<u>-</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi como apresentado abaixo:

	Programas de Computador	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2015	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 31/12/2015	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada a 31/12/2015	<u>-</u>	<u>-</u>
Quantia escriturada bruta a 31/12/2016	59.401,60	59.401,60
Amortizações acumuladas a 31/12/2016	(59.401,60)	(59.401,60)
Quantia escriturada a 31/12/2016	<u>-</u>	<u>-</u>

Vida útil

No que respeita aos ativos intangíveis com vida útil finita, a Empresa estimou as seguintes vidas úteis:

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Programas de computador	[3 anos]

6. Outros Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição:

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

Activos fixos tangíveis	31/12/2016	31/12/2015
Valor bruto	364.153,12	358.042,36
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(352.087,50)	(347.662,75)
Quantia escriturada	12.065,62	10.379,61
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento administrativo	285,22	891,50
Outros activos fixos tangíveis	11.780,40	9.488,11
Quantia escriturada	12.065,62	10.379,61

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2015	67.778,32	9.174,70	36.476,36	95.986,28	139.490,26	348.905,92
Amortizações acumuladas a 01/01/2015	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(94.292,08)	(136.415,24)	(344.136,70)
Quantia escriturada a 01/01/2015	-	-	-	1.694,20	3.075,02	4.769,22
Aquisições	-	-	-	-	9.136,44	9.136,44
	-	-	-	-	9.136,44	9.136,44
Gastos com depreciações	-	-	-	802,70	2.723,35	3.526,05
	-	-	-	802,70	2.723,35	3.526,05
Quantia escriturada bruta a 31/12/2015	67.778,32	9.174,70	36.476,36	95.986,28	148.626,70	358.042,36
Amortizações acumuladas a 31/12/2015	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(95.094,78)	(139.138,59)	(347.662,75)
Quantia escriturada a 31/12/2015	-	-	-	891,50	9.488,11	10.379,61

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2015	67.778,32	9.174,70	36.476,36	95.986,28	148.626,70	358.042,36
Amortizações acumuladas a 31/12/2015	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(95.094,78)	(139.138,59)	(347.662,75)
Quantia escriturada a 31/12/2015	-	-	-	891,50	9.488,11	10.379,61
Aquisições	-	-	-	294,98	5.815,78	6.110,76
	-	-	-	294,98	5.815,78	6.110,76
Gastos com depreciações	-	-	-	901,26	3.523,49	4.424,75
	-	-	-	901,26	3.523,49	4.424,75
Quantia escriturada bruta a 31/12/2016	67.778,32	9.174,70	36.476,36	96.281,26	154.442,48	364.153,12
Amortizações acumuladas a 31/12/2016	(67.778,32)	(9.174,70)	(36.476,36)	(95.996,04)	(142.662,08)	(352.087,50)
Quantia escriturada a 31/12/2016	-	-	-	285,22	11.780,40	12.065,62

Os gastos com depreciações acima identificados no montante de 4.424,75 Euros (2015: 3.526,05 Euros) encontram-se registados na (s) rubrica (s) de gastos / reversões de depreciações e depreciações.

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis amortizados de acordo como o método da linha reta:

	Intervalo de vida útil
Edifícios e outras construções	[10 anos]
Equipamento básico	[8 anos]
Equipamento de transporte	[4 anos]
Equipamento administrativo	[3 a 10 anos]
Outros activos fixos tangíveis	[1 a 10 anos]

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

7. Locações

Locações operacionais (como locatário)

A Empresa assumiu uma posição de locatária em contratos de locação operacional.

Contrato de locação operacional nº 094/9113 com a locadora Grenke Renting, S.A. com a duração de 60 meses e teve início a 31 de Julho de 2012.

Valor mensal do aluguer é de 105,00 € + IVA.

O bem objeto de locação é uma máquina de fotocopiar de marca Xerox WC 7120 / ColorQube 8860.

O contrato de locação encontra-se denominado exclusivamente em Euros.

8. Rédito

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rédito derivado da prestação de serviços		
Quotas ANDD'S		
ANDDI	59,86	59,86
ANDEMOT	59,86	59,86
PCAND	59,86	59,86
ANDDVIS	59,86	59,86
LPDS	59,86	59,86
Patrocinadores		
ANA	20.000,00	20.000,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	30.000,00	-
Inscrições		
Seleções Nacionais/Clubes	140.425,00	-
Outros	385,15	350,00
	<u>191.109,45</u>	<u>20.649,30</u>

O rédito decorrente foi obtido no mercado nacional.

9. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A reconciliação entre o montante registado na rubrica de provisões entre o início e fim do período é como se segue:

	Saldo a 31/12/2015	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo a 31/12/2016
Processos judiciais em curso	17.556,76	-	(4.704,15)	-	12.852,61
	<u>17.556,76</u>	<u>-</u>	<u>(4.704,15)</u>	<u>-</u>	<u>12.852,61</u>

Existe desde Fevereiro de 2014 um processo judicial contra Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência sendo o autor Gabriel Furtado Potra, que correu no Centro de Informação, Arbitragem e Mediação da Ordem dos Notários. O valor total deste processo judicial inicialmente ascendia a Euros: 17.556,76. Durante o ano de 2016, a FPDD foi condenada a pagar a quantia de 10.422,00 € acrescida de juros á taxa legal. A direção vai recorrer desta sentença.

10. Subsídios do Governo e apoios concedidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram concedidos subsídios e apoios financeiros, estando identificados abaixo os de maior relevância:

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

	31/12/2016	31/12/2015
	<u>Montante recebido</u>	<u>Montante recebido</u>
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	365.160,00	418.697,85
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	83.175,99	67.471,10
Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP	885,80	9.027,37
Comité Paralímpico de Portugal	149.571,01	191.479,26
Santa Casa Misericórdia de Lisboa	30.000,00	-
Camãra Municipal da Amadora	-	2.000,00
Ana Aeroportos	20.000,00	20.000,00
Outras Entidades	1.000,00	-
	<u>649.792,80</u>	<u>708.675,58</u>

Foram reconhecidos como rendimentos na rubrica de subsídios, doações e legados:

	31/12/2016	31/12/2015
	<u>Montante recebido</u>	<u>Montante recebido</u>
Instituto Português do Desporto e Juventude - IPDJ	365.160,00	412.883,06
Instituto Nacional para a Reabilitação - INR	76.215,99	67.471,10
Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP	697,52	5.873,02
Comité Paralímpico de Portugal	149.822,82	177.889,72
Federação Portuguesa de Judo	-	18,57
Camãra Municipal da Amadora	1.086,11	913,89
Outras entidades	200,00	1.425,00
Donativos		
Numerário	1.100,00	-
Espécie	929,30	910,20
	<u>595.211,74</u>	<u>667.384,56</u>

Na presente nota, foram concedidos apoio financeiro pelo Instituto Nacional para Reabilitação, I.P. estando identificados abaixo os mesmos:

Instituto Nacional para a Reabilitação – 83.175,99 €

1. Programa de financiamento a projetos – 52.575,96 €

Projeto n.º 135/2016 – O Bicas na Escola	18.035,53 €
Projeto n.º 136/2016 – Todos pelo desporto para todos	22.447,85 €
Projeto n.º 137/2016 – Conhecer mais para incluir melhor	12.092,58 €

2. Apoio ao funcionamento às ONGPD – 21.000,00 €

CP/93/DDF/2016 – Atividades Regulares - 21.000,00 €

3. Prémios de Mérito Desportivo – 9.600,03 €

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Empresa reconheceu em resultados as seguintes diferenças de câmbio:

	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças de cambio desfavoráveis	(18,95)	(560,21)
Diferenças de câmbio favoráveis	312,88	23,72
	293,93	(536,49)

Na data de relato, as taxas de câmbio são como apresentadas abaixo:

	Taxa de cambio a 31/12/2016	Taxa de cambio a 31/12/2015
Francos Suíços (CHF)	1,0739	1,0835
Libras Esterlinas (GBP)	0,8562	0,7340
Ienes Japoneses (JPY)	123,40	131,07
Coroa Dinamarquesa (DKK)	7,4344	7,4626
Dolares Canadianos (CAD)	1,4188	1,5116
Kuanzas Angola (AOA)	184,48	147,83

12. Instrumentos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total	Mensurados ao custo amortizado menos imparidade	Total
Activos não correntes				
Investimentos financeiros	459,39	459,39	330,67	330,67
	459,39	459,39	330,67	330,67
Activos correntes				
Outros activos correntes	57.427,40	57.427,40	60.353,72	60.353,72
Outros activos financeiros	85.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00
Caixa e depósitos bancários	108.445,99	108.445,99	96.777,68	96.777,68
	250.873,39	250.873,39	242.131,40	242.131,40

	31/12/2016		31/12/2015	
	Mensurados ao custo amortizado	Total	Mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos correntes				
Fornecedores	2.401,38	2.401,38	5.099,87	23.653,04
Outros passivos correntes	89.510,66	89.510,66	80.397,54	112.542,76
	91.912,04	91.912,04	85.497,41	85.497,41

13. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com pessoal

Nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a Empresa incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remunerações do pessoal	107.368,07	101.772,78
Encargos sobre remunerações	20.044,60	19.499,41
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.160,51	1.159,46
Outros	465,83	624,05
	<u>129.039,01</u>	<u>123.055,70</u>

Durante os exercícios de 2016 e 2015 o número médio de pessoal foi o seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal Técnico	4	3
Pessoal Administrativo	4	3
Estagiários	1	2

No decorrer do ano de 2016 a Federação Portuguesa de Desporto Para Pessoas com Deficiência teve a colaboração de voluntários em diversas ações conforme se apresenta:

- Bicas na Escola
1 ação x 15 voluntários x 5 horas = 75 horas
- Campeonato Europeu de Goalball
7 ações x 40 voluntários x 8 horas = 2.240 horas

14. Outras Informações

A FPDD assinou um contrato de comodato como comodatária com o município de Odivelas referente à fração autónoma (loja) utilizada como sede pela FPDD, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 12329 B com o valor patrimonial 56.626,85 Euros. O contrato é de cinco anos, renovável. As despesas de funcionamento são da responsabilidade da FPDD.

Nos termos do artigo 66-A ou 508-F do Código das Sociedades Comerciais,

Os honorários de revisão legal de contas do exercício de 2016 ascendem a 1.296,00 Euros.

15. Adiantamentos a fornecedores e Outros ativos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de adiantamentos a fornecedores e outros ativos correntes é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Outros ativos correntes		
Acréscimo de rendimentos		
Preparação Paralímpica Rio 2016	43.784,97	31.781,01
Outros contratos Programa - Esperanças Paralimpicas	3.086,42	3.225,81
Outros acréscimos rendimentos	-	188,28
Outros devedores		
ANDD'S	7.910,77	6.155,18
CPP	102,36	9.238,80
Outras entidades	2.542,88	9.764,64
	<u>57.427,40</u>	<u>60.353,72</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	80,80	-	280,09	-
Estimativa de imposto	-	242,69	-	235,94
Retenções efectuadas a terceiros	-	1.416,00	-	1.324,50
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente	-	6.900,00	-	-
Contribuições para sistemas de protecção social	-	2.850,89	-	2.438,10
Imposto de selo	-	-	-	262,50
Outras taxas e tributos	-	-	-	31,03
	80,80	11.409,58	280,09	4.292,07

17. Outros passivos correntes

O detalhe das rubricas de balanço de outros passivos correntes é como apresentado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Outros passivos correntes		
Associados		
LPDS	246,54	-
Forn. Investimento - Boccasballs	-	4.723,20
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	13.283,15	9.602,98
Comunicações	211,40	218,19
Electricidade	136,49	167,82
Contratos programa		
Ac. custos Campeon. Europa Goalball Maia16	16.106,38	-
Prémios Mérito Desportivo IPDJ/INR	660,00	-
Preparação Paralímpica	43.785,00	31.781,04
Esperanças Paralímpica	3.086,42	3.225,81
CP 32 FRH 2015	-	11.195,09
CP FRH 2016	6.687,37	-
Outros contratos Programa	-	1.436,45
Credores Diversos		
ANDD's	-	8.120,28
Entidades Desportivas	2.780,00	7.392,03
Outras Entidades	2.527,91	2.534,65
	89.510,66	80.397,54

18. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Diferimentos activos		
Gastos antecipados		
Seguro Desportivo	243,66	243,66
Seguro Automovel	-	41,15
Seguro Multirisco	23,05	23,05
Seguro A. Trabalho	391,34	324,11
Filiações Internacionais	3.026,34	3.468,20
Outros diferimentos	602,11	746,70
	4.286,50	4.846,87
Diferimentos passivos		
Outros Apoios	-	1.086,11
	-	1.086,11

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

19. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhos especializados	10.958,60	11.824,20
Publicidade e propaganda	8.567,85	3.565,63
Vigilância e segurança	92,25	44,28
Honorários	35.896,41	36.392,79
Conservação e reparação	1.564,91	1.545,47
Despesas Bancárias	475,73	416,48
Ferramentas e utensílios	346,55	141,03
Livros e doc. técnica	6,00	-
Material de escritório	1.525,67	1.612,09
Artigos para Oferta	410,95	17,00
Electricidade	2.790,67	2.320,00
Combustíveis	2.493,17	2.633,03
Água	314,23	307,32
Deslocações e estadas	110.151,37	15.354,98
Transportes de Pessoal	4.690,00	-
Transportes de Mercadorias	1.308,72	309,50
Rendas e alugueres	1.741,07	1.783,40
Comunicação	5.133,44	4.935,79
Seguros	9.484,06	7.297,77
Contencioso e notariado	307,50	207,69
Limpeza, higiene e conforto	3.310,17	3.859,33
Reembolsos - Perdas de vencimento	2.612,22	1.620,20
Registo / homologação IBSA	260,00	130,00
Controlos Anti Dopagem	2.876,88	-
Outros Serviços	941,94	273,58
Equipamento / Material Desportivo	11.604,43	1.432,10
Condominio Lote 7 Loja Direita (sede)	156,00	156,00
Exames Médicos Centro Medicina Desportiva	319,40	75,00
Outros custos	4.950,80	354,41
	<u>225.290,99</u>	<u>98.609,07</u>

20. Depreciações de ativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o resumo dos gastos com depreciações de ativos é como apresentado abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	4.424,75	3.526,05
	<u>4.424,75</u>	<u>3.526,05</u>

21. Outros rendimentos

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Classificação Extra	-	440,00
Desconto Pronto Pagamento	-	45,00
Diferenças de Câmbio Favoráveis	312,88	23,72
Correcções relativas a períodos anteriores	8.726,66	2.102,30
Reembolso de despesas	34.068,38	7.717,35
Juros obtidos	323,18	1.120,35
Outros	636,82	16.205,89
	<u>44.067,92</u>	<u>27.654,61</u>

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência
Contas e anexo de 2016
(montantes expressos em euros)

22. Outros gastos

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos	73,17	327,67
Correcções relativas a períodos anteriores	4.693,70	8.086,02
Donativos	500,00	-
Quotizações / filiações	8.992,19	9.205,94
Premios não desportivos	750,00	750,00
Outros Não Especificados	30.277,43	2.135,22
Despesas Não Documentadas	-	72,97
Custos c/apoios financeiros concedidos a associados utentes	428.754,15	480.040,73
	<u>474.040,64</u>	<u>500.618,55</u>

O Contabilista Certificado

A Direção